



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP  
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELLECTUAL DA UNICAMP

**Versão do arquivo anexado / Version of attached file:**

Versão do Editor / Published Version

**Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:**

<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/politicaetrabalho/article/view/51528>

**DOI: 10.22478/ufpb.1517-5901.2020v1n52.51528**

**Direitos autorais / Publisher's copyright statement:**

©2020 by UFPB/PPGS. All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>

**INVISIBILIDADES, INSURGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS:  
“Mulheres Briguentas” no Movimento Sindical do ABC Paulista**

***INVISIBILITIES, INSURGENCIES AND EMERGENCIES:  
“Women of Fight” in ABC Paulista Union Movement***

---

Deise Recoaro\*  
Marilda Menezes\*\*  
Sidney Jard da Silva\*\*\*  
Jaime Santos Júnior\*\*\*\*

**Resumo**

Neste artigo, apresentamos os resultados parciais de uma pesquisa sobre as trajetórias de vida de mulheres que participaram do ciclo de greves históricas do ABC Paulista. Desse recorte mais amplo, fizemos uma incisão neste texto para trazer, na composição dos casos, as memórias de mulheres que assumiram cargos na estrutura sindical. Na hipótese de que os efeitos das formas de opressão que marcavam as trajetórias ocupacionais das mulheres na indústria metal-mecânica e nas montadoras do parque automotivo dessa região ecoavam nas estruturas sindicais, reproduzindo clivagens de gênero, importa-nos compreender as estratégias de resistência, as formas de engajamento na militância e os efeitos na ação sindical. As memórias deixam entrever o lento processo de reconhecimento das demandas de gênero, a perenidade das tensões relativas a essa clivagem nas estratégias de luta e as disputas discursivas por legitimidade das histórias das mulheres na narrativa sobre as greves do ABC Paulista.

**Palavras-chave:** Sindicalismo. Greves. Gênero. ABC Paulista.

**Abstract**

In this paper we discuss some partial results of a research on life trajectories of women who participated in the historical strikes cycle of ABC Paulista. From this broader sample, we made an incision here to elected only memories of women who have assumed bureaucratic position in the union structure. We assume as a hypothesis that the effects of oppression that marked most of the occupational trajectories of women in the metal-mechanic industry and in the auto manufacturers sector echoed over the unions, reproducing gender cleavages. Hence, it is important for us to understand resistance strategies, ways of engaging in activism and the effects on union action nowadays. The analyses of these memories reveal the slow process of gender recognition issues, the continuity of tensions related to this cleavage upon the strategies of struggle and discursive disputes over legitimacy of the women's stories in the narrative about the strikes of ABC Paulista.

**Keywords:** Unionism. Strikes. Gender. ABC Paulista.

---

\* Doutoranda do Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, da Universidade de Coimbra. E-mail: deise.recoaro@gmail.com

\*\* Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC (PCHS/UFABC) e Professora Colaboradora do Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (PPGCS/Unicamp). Pesquisadora do CNPq, nível 1C. E-mail: menezesmarilda@gmail.com

\*\*\* Professor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC (CECS/UFABC). Coordenador do grupo de pesquisa Política, Políticas Públicas e Ação Coletiva (3 PAC/CNPq) e da Escola Preparatória para a Pós-Graduação em Humanidades (Pós-Graduar). E-mail: sidney.jard@ufabc.edu.br

\*\*\*\* Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (PGSocio/UFPR). Doutor em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). E-mail: jaimesjr@ufpr.br

## O ABC das operárias<sup>1</sup>

Nos anos de 1970 e 1980, além do seu histórico papel de defender os interesses dos trabalhadores por melhores salários e melhores condições de trabalho, foi central para o chamado “Novo Sindicalismo” brasileiro a luta pela redemocratização do país e pelo reconhecimento político-institucional das próprias entidades sindicais.

Não obstante, nesse mesmo período, os sindicatos reforçaram símbolos que restringiram a participação político-sindical das mulheres, revelando dificuldades em reconhecer a “mulher trabalhadora” como sujeito histórico com demandas específicas (CAPPELIN, 1994; SOUZA-LOBO, 2011). A simbologia usualmente associada às expressões nativas de “força”, “virilidade” e “agressividade”, ao ser reproduzida nas organizações sindicais, tornava o ambiente hostil para aqueles e, principalmente, para aquelas que não compartilhavam os códigos e regras criadas por homens, na medida em que ser aceito(a) ou não pelos sindicatos também dependia da anuência dessas regras.

A hipótese que trabalhamos neste texto é a de que essa herança ainda exhibe suas consequências hoje, sendo também percebida em estudos mais recentes sobre a participação das mulheres no movimento sindical. Para tanto, lançamos mão de entrevistas biográficas feitas com três ex-lideranças sindicais que têm em comum a passagem pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC) na condição de membro da direção ou de representante sindical no local de trabalho.

Há ainda um elemento que aparece nas “narrativas de si” e merece ser enunciado nesta introdução, uma vez que o tomamos como chave interpretativa para compreender os significados atribuídos às trajetórias como militantes nos casos que analisamos, trata-se do termo nativo “briguentas”. Colhido nos relatos, o sintagma, veremos, adquire diferentes acepções a depender do contexto em que é mobilizado. Assim, por exemplo, “briguenta” pode ser fraseada como postura que não aceita mandonismos ou como dedicação a uma causa, o que vai encadeando, nas narrativas, explicações sobre os motivos da não aceitação delas pelas diretorias, dos insucessos que colheram na militância e na participação nas greves.

A análise das trajetórias sugere que elas assumiam, em diferentes contextos, posturas contestatórias diante do que consideravam injustiça, traduzidas pela expressão “briguentas”. No entanto, é sugestivo que enquanto a postura contestatória masculina, em outro compasso, é sempre associada ao termo “combativo”, o que nos remete aos espaços públicos de contestação e assume um significado moralmente positivo, como conduta esperada, o termo “briguenta”, por sua vez, é frequentemente associado às brigas domésticas, às questões menores que nos

---

<sup>1</sup> Este artigo apresenta resultados parciais da pesquisa iniciada no projeto “Movimentos cruzados e histórias específicas de operários e trabalhadores rurais: análise comparativa dos ciclos de greves iniciados pelos metalúrgicos de São Paulo e do ABC Paulista e pelos canavieiros de Pernambuco no final dos anos 70”, com continuidade no projeto “Direitos Humanos: dos fundamentos teóricos às tendências contemporâneas no nível local (cidades)”. Somos gratos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo apoio institucional recebido em ambos os projetos.

remetem à incompreensão dos “interesses de classe”, como um estado psíquico. A nossa hipótese é de que para avançarmos na compreensão das clivagens e resistências presentes nas trajetórias analisadas, sem assumi-las como casos paradigmáticos, é preciso compreender a simbiose entre vida familiar e vida pública. É com essa chave analítica que será possível entender como elas, ao passo em que questionaram o *ethos* sindical masculinizado, tiveram as suas vidas marcadas pelo modo como ecoava, no ambiente familiar, o preconceito vivido no trabalho e na militância. Isso faz com que, a despeito do caráter épico que assume na narrativa, os questionamentos e enfrentamentos muito delineados que surgem contra as opressões de gênero sejam igualmente de conformação ou de aceitação negociada dos mandonismos.

Os casos que apresentamos neste texto foram selecionados a partir de um universo com outras mulheres metalúrgicas que estamos igualmente entrevistando. Constituem-se como critérios desta amostra: i) em sua trajetória ocupacional, ter trabalhado em alguma indústria automotiva e/ou metal-mecânica da região do ABC Paulista entre os anos de 1978 a 1985; ii) eventualmente ter participado do I Congresso da Mulher Metalúrgica em 1978; iii) ter atuação como militante no SMABC. A opção pelo recorte, como já expusemos mais detidamente em outra ocasião (SANTOS JUNIOR; MENEZES, 2019), deve-se a um achado de campo quando estávamos a coletar informações sobre as memórias do *ciclo de greves* que irrompeu nessa região entre fins da década de 1970 e início de 1980. Sucede que as narrativas sobre aqueles acontecimentos, inicialmente coletas pelo registro etnográfico, sugeriam a ocorrência de um silenciamento sobre a participação das mulheres nas greves, ou melhor dizendo, de disputas simbólicas sobre quem seriam os protagonistas.<sup>2</sup>

Além das incursões em campo, no SMABC, em diferentes ocasiões e no período que se estende de 2017 a meados de 2019, realizamos entrevistas biográficas, notadamente com mulheres, mas não somente, tentando cobrir, em suas narrativas, as origens da família e eventuais trajetórias migratórias; a inserção no mercado de trabalho e roteiros ocupacionais; a experiência do chão de fábrica e da militância no SMABC; solidariedades e clivagens presentes nesse processo; eventuais participações em greves e outras ações de resistência; a família e o espaço extratrabalho – apenas para citar os temas mais candentes. O propósito era obter diferentes configurações discursivas, na ambição de transformá-las em “outros significativos” (MEAD, 1972), a partir das singularidades dos casos analisados na relação com o trabalho e o sindicato. Portanto os exemplos que elegemos para este texto não constituem modelos paradigmáticos. Na análise dessas memórias, assumimos um entendimento que a toma enquanto “narrativas de si” (RICOUER, 1991) e, por essa via, reconhece a competência agêntica dos sujeitos ao reconstituir, editando, suas histórias. Estamos longe, pois, da pretensão de buscar no passado elementos sem contaminação do efeito que exerce o tempo presente sobre as narrativas. Vejamos como isso se apresenta a seguir.

---

<sup>2</sup> Sobre as narrativas em disputa no ciclo de greves dos anos 1970 e 1980, ver também, na mesma obra, Fonseca *et al.* (2019), bem como Oliveira e Ladosky (2019).

## **Invisibilidades**

Migrante nordestina, Judith<sup>3</sup>, 60 anos, teve a infância marcada pela pobreza, pelo distanciamento da figura paterna e pelas interrupções nos estudos. Com apenas doze anos, por determinação e vontade própria de querer sair de uma condição social precária – com a autorização do pai e do juizado de menores – começou a trabalhar. Já mais velha, e morando em São Paulo, ela nos conta que ficava pouco tempo empregada por “não aceitar coisa errada” ou por “arrumar muita confusão” contra a exploração e os abusos das empresas, em especial no que se refere às condições de trabalho das mulheres. Em função desse seu perfil de “briguenta” – sintagma que voltará a ser mobilizado por ela como atributo de caráter e que justifica a sua trajetória militante – também passou a representar os trabalhadores na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipas) e em comissões sindicais de empresas.

Numa dessas ocasiões, em 1979, ainda com 21 anos de idade, quando trabalhava na Polimatic, participou de uma greve que durou 41 dias<sup>4</sup>. É nesse ano também que ela começa a participar das assembleias do sindicato e a se engajar nas atividades de militância. Em função da participação nesse movimento, sofreu perseguição e “tortura psicológica” por parte da empresa.

Eu não podia ir ao banheiro, eu não podia conversar com ninguém o supervisor ficava em cima, encostava e perguntava o que eu estava falando, mas foi uma tortura psicológica muito grande, assim, que nem eu estava preparada para tanta perseguição como eu sofria na Polimatic. Não podia conversar, não podia ir ao banheiro, nada podia fazer [nada] porque eles achavam que eu estava agitando, que eu estava tentando organizar o pessoal para qualquer movimento lá dentro. Voltei com dois meses mais ou menos [depois da greve], não sei nem se chegou a dois meses aí eles me mandaram embora. Aí eu fiquei, assim, sofri muito, muito, minha família sempre foi uma família muito carente, né? E a gente não podia ficar desempregado.

Não tardou para que entrasse na “lista negra” do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops-SP). Para fugir da perseguição, a estratégia usada era tirar nova carteira de trabalho para esconder os antigos registros. Chegou a trabalhar na Bombril e em outras empresas pequenas, mas só até o tempo de ser “descoberta” e mandada embora. Para conseguir alguma renda, recorreu a “bicos” e trabalhou no Fundo de Greve organizado pelo sindicato.

Durante esse período, foi casada por vinte anos com um operário e militante do SMABC, juntos tiveram três filhos. Depois de ter recusado o primeiro convite para compor a direção do sindicato, em 1984, “por vontade própria”, aceitou o segundo por ter sido desafiada pelos colegas a deixar de reclamar para fazer algo de concreto para a categoria. Acrescentou que só iria se o marido não fosse, porque não achava bom os dois compartilharem o mesmo espaço de trabalho.

3 Atribuímos nomes fictícios para preservar o anonimato das informantes.

4 Há um registro filmico dessa greve no documentário, produzido por Leon Hirszman, “ABC da Greve”.

Ela foi a única mulher na gestão de 1987 e permaneceu até 1993. Ficou com a tarefa de organizar as mulheres, de criar uma comissão e aumentar a participação feminina na direção do SMABC. É enfática ao falar do quanto era difícil ser mulher e atuar no sindicato porque se exige muito mais de uma mulher do que de um homem.

O tempo todo você tem que estar provando para eles e era assim mesmo. Por mais que hoje eles... – “ah, Democracia, a igualdade” – mas não era bem assim, a gente tinha uma certa dificuldade tanto que sempre se questionava a participação da mulher, aí quem é que teve que puxar esse trabalho? Eu, como mulher!

A passagem pela executiva permitiu que ela se engajasse na criação da “Comissão de Mulheres Metalúrgicas”. As ações eram voltadas para orientar outras mulheres sobre a importância de elas irem para as comissões internas de prevenção de acidentes (Cipa), para as comissões de fábrica até chegar, talvez, às diretorias do sindicato. Ela lembra que não era raro ver mulheres participando das greves, das mobilizações e que depois “sumiam”, não frequentavam o sindicato.

Após uma longa passagem pela militância sindical, em 1995, ela decide se afastar. Tendo encerrado o cargo que assumira na diretoria e retornado ao trabalho, não tardou para que a empresa fechasse a sede em São Bernardo, mudando-se para o Paraná e demitindo todo mundo. Segundo ela, o sindicato não atuou como deveria para evitar esse fechamento e as demissões, deixando-a sozinha na luta.

Na sequência, Judith ficou desempregada e com dificuldade de se recolocar no mercado de trabalho, pois já era conhecida na região como alguém do sindicato e que, portanto, não era bem vista pelos patrões. Isso acarretou momentos de sofrimento e de muita tristeza. A precariedade das condições de vida ficou plasmada na memória quando ela recorda que não podia atender aos desejos de consumo dos filhos, não tendo recebido solidariedade por parte da direção do sindicato.

Os companheiros nunca foram me procurar para perguntar se eu precisava de alguma coisa. Aquilo me machucou muito. Fez com que eu parasse tudo. E eu que sempre foi minha vida, o sindicato, eu perdi a vontade de tudo. Porque enquanto é a gente, você vai levando.

Os laços de comunalidade tecidos durante a militância mostraram-se frágeis no momento do desemprego. Sabemos que esse atingia desigualmente homens e mulheres, sendo elas as que mais facilmente eram demitidas por ocuparem posições precárias. Nesse compasso, o engajamento na militância exigia muito das mulheres. Judith faz questão de ressaltar a importância da expressão “companheiro” usada por muitos, porém sem entender exatamente o seu significado. Para ela, ser “companheiro” era acolher no momento de dor, de sofrimento.

Companheiro é em todos os momentos, não é só na hora de uma reunião, de uma assembléia, não. Companheiro de fato, no dia a dia, pessoa companheira de verdade é você, eu ser sua amiga o tempo todo. Na hora que você tiver passando dificuldade, eu tô junto. Na hora que você tá bem, eu tô junto. Na hora que tiver que falar uma coisa que eu discorde de você, eu vou falar. Eu vou discutir com você, eu vou debater, mas eu nunca vou soltar da sua mão. Isso é ser companheiro.

A narrativa é ainda povoada por elementos da vida privada, seja pelo orgulho de ter educado os filhos, seja para dizer que organizou time de futebol feminino e ajudou na organização de eventos para a assistência às crianças e aos idosos. Não é difícil notar como a trajetória é marcada por esses embates entre conciliar as exigências da militância com as demandas oriundas do espaço da casa, da família, entre ser chamada de “companheira” e viver as clivagens de gênero, entre ser operária e ser mulher. É assim que a ideia de uma consciência da sua condição de mulher, e dos significados imputados a isso, emerge de maneira difusa, ora como atribuição que lhe era requerida pelos diretores para recrutar mais mulheres para compor a direção do sindicato, ora como sendo ela a responsável por abrir caminhos para outras mulheres, mesmo com as restrições de poder interno, pois o sindicato nunca teve uma mulher na presidência.

Aí fala: – Ah mas ela não participa, não tem capacidade. Não é verdade, não é verdade! É que a maioria da categoria são homens, maioria da diretoria são homens então para chegar ao ponto de ter uma mulher presidente deste sindicato vai ser difícil, não impossível. Vai ser muito difícil ainda. Então a gente o tempo todo tem que ficar mostrando que você é capaz, que você tem capacidade igual ou até mais do que alguns homens, que isso ocorre não por questão de disputa não é nada disso, é uma questão de cada um.

O relato aponta um elemento que também se mostrava decisivo em outros espaços e que pode ser resumido na forma de ter que “comprovar a competência”. Não sendo apenas de natureza discursiva, mas performática, era preciso ter um domínio sobre o corpo e sobre as formas de apresentação. Não é à toa a adjetivação atribuída às mulheres que frequentavam os sindicatos vistas como “vadias”. As piadas libidinosas, as fofocas, atualizavam discriminações mais sutis, veladas, já presentes no espaço da família e do trabalho<sup>5</sup>.

Pesava sobre a aparente ausência delas no cotidiano sindical a clivagem de gênero. Isso é perceptível quando, por exemplo, nos relatos dos homens, não se falava do cuidado com os filhos, da casa, surpreendendo-se quando se viam perguntados sobre esses assuntos.

A baixa adesão à militância sindical por parte das mulheres, como ela afirma, ocorria também pelo enquadramento desses espaços como sendo para homem ou para mulher “vadia”.

---

<sup>5</sup> Mas, não nos apressemos: são fartos os relatos colhidos que mostravam como a aparente falta de interesse político, para não dizer de “consciência”, colide com a constante presença delas nas greves, opondo resistência aos mandonismos no chão de fábrica. Sobre isso, ver, por exemplo, Negro (2009).

Temos assim uma relação biunívoca entre clivagens que ecoam no mundo do trabalho, mas que reverberam as desigualdades de gênero presentes na estrutura da sociedade naquele momento. É o que se depreende quando ela nos diz:

Mas a mobilização teve um grande número de mulheres que participou, só que naquela época era muito difícil, a perseguição era muito grande, e não só da empresa, do governo, mas também, da família. A família não aceitava. Eu lembro meu pai, quantas meu pai, eu chegava em casa e ele falava: você tava naquele sindicato? Você vai arrumar suas trouxas e você vai embora! Eu não criei mulher pra tá no meio de sindicato não, que isso não é coisa pra mulher.

Se, para os homens, a família aparece como arrimo emocional, sobretudo nos momentos de desemprego e das agruras do trabalho, para elas a situação assume um caráter contraditório; sim, porque se a militância as levava a questionar as opressões vividas na fábrica, ainda que nem sempre reconhecidas como demandas específicas das mulheres, a casa e as obrigações com a família as devolvia para um ambiente pouco afeito à ideia de uma mulher que lutava por seus direitos num sindicato. Voltaremos a essa questão mais à frente, antes, porém, vejamos como isso aparece em outras narrativas.

### **Insurgências**

Nas conversas que tivemos com Rita, 58 anos, nossa segunda personagem, não faltaram referências à infância e às dificuldades enfrentadas pela sua mãe. Vítima de violência doméstica do primeiro marido, ela fugiu de casa, no Paraná, com quatro filhos, “só com a roupa do corpo”, para São Paulo. Na cidade grande, acabou encontrando residência na favela do Vergueiro “em um barraco cedido por uma vizinha”. Foi aí que ela conheceu o segundo marido, pai de Rita, com quem teve mais três filhos. Do pai, ela lembra que também era migrante, vindo do interior da Bahia para tentar a vida em São Paulo. Veio a falecer ainda novo, com 54 anos, vitimado pela doença de Chagas.

A ênfase da estrutura narrativa de Rita é dada para a figura da mãe, tida como uma “flor de lótus”, porque conseguiu sobreviver às piores situações da vida. Do pai, embora atribua qualidades, como sendo um “homem bom”, que não tinha “vícios”, que acolheu a esposa com seus quatro filhos, era visto como bastante enérgico no comportamento. Não demorou para que essa suposta característica gerasse um primeiro conflito entre a filha e o pai. Sucede que Rita engravidou quando tinha 16 anos, ainda estudante. A alegada ausência de conhecimentos sobre educação sexual, tema banido dos assuntos da casa, favoreceu, segundo ela, a gravidez precoce. O rapaz, mais velho, não assumiu a paternidade, degradando ainda mais a relação com o pai. Esse se dizia envergonhado pela situação, chegou a processar o pai da criança por sedução de menor e, o mais grave, expulsou a filha de casa.

A avó quem acolheu a neta com o filho recém-nascido, deixando evidências de um “sistema familiar” (FONSECA, 1987) ampliado, que opera sempre com o apoio dos parentes mais próximos e daqueles “aparentados” e para os quais se recorre em momentos de necessidade, como havia acontecido com a mãe de Rita ao chegar em São Paulo. Quando o filho completou dois meses, ela nos conta que foi trabalhar em uma metalúrgica perto de casa, no turno das 14 às 22 horas. Foram os irmãos de Rita que assumiram a tarefa de cuidar do bebê e levá-lo para amamentar na fábrica.

Os estudos, interrompidos pela gravidez, e o ingresso no mercado de trabalho foram retomados quando o filho completou cinco anos<sup>6</sup>. Como ela nos disse, “a gente tem que se reinventar”. Do filho, não nos diz muito, apenas que ele também é metalúrgico e tem uma filha.

A trajetória ocupacional da nossa personagem inicia-se nas empresas fornecedoras de peças para as grandes montadoras, é onde ela argumenta que começou a militância. Por um lado, o assunto “sindicato” chegou pelas conversas que ela ouvia do pai. Trabalhando na construção civil, ele sempre esteve próximo do sindicato do setor. Mas é, sobretudo, o cotidiano do trabalho na fábrica que suscita as discussões que a levaram a se engajar na militância sindical.

(...) e ali eu via coisas erradas, sabe? Várias pessoas se acidentando porque não tinha equipamento de proteção, trabalhar na metalúrgica é pesado, uma coisa assim, né? Você tem produção, você tem que dar, você não lida com homem, mas é a máquina, né? E eu comecei a me [indignar]... Ah não, isso está errado, isso está errado!

Em outro momento, prossegue,

Eu trabalhava na solda e era solda ponto, voava. Eu sempre ficava com cabelo queimado, braço, eram vários hematomas porque voava, você não tinha proteção, nós só queríamos isso e as mulheres, quando iam no banheiro, tinha a danada da chapinha, era aquele monte de mulher, chapinha, até absorvente a gente tinha que pegar lá com [o encarregado] Olha que humilhante! Para eles controlarem se você estava grávida ou não, se você estava menstruada ou não. Então absorvente você não podia levar porque não tinha como é hoje, que tem todos aqueles armários e cada uma tem... não! Então você tinha que pegar o absorvente com o seu encarregado ou encarregada lá e ele cedia. Se tivessem duas pessoas no banheiro, a terceira não podia ir porque não pode perder produção. E aí isso ficou me, sabe? Me mexendo.

O adjetivo mobilizado para designar essa atitude de indignação é – ser – “briguenta”. Embora ela reconheça a influência do pai na sua militância sindical, será ele também o primeiro a opor resistência à participação dela nas reuniões do sindicato por entender que “essa era uma tarefa dos homens”, sempre com uma visão muito negativa a respeito das mulheres que frequentavam o sindicato.

---

6 Concluiu um curso de Pedagogia e ingressou, mais recentemente, no curso de Direito, ambos em faculdades privadas.

Nesse momento, ainda nos primeiros anos de fábrica, houve uma greve. Pararam a fábrica para exigir melhores condições de trabalho. Ela nos conta que não se “conformava” com aquelas condições e foi nessa ocasião que procurou o sindicato. “Através dessa greve, o sindicato foi me vendo lá”. Em seguida, foi eleita para a comissão de fábrica: “os trabalhadores me escolheram e eu era a única mulher, o resto era tudo homem”. Mas o refluxo não tardou a aparecer, foi demitida com toda comissão em 1983, por represália patronal. O desafio agora seria, além de enfrentar as dificuldades da falta de um rendimento fixo, encarar o pai: “como que eu ia chegar em casa demitida?”. Como ele disse: “Agora eu quero ver se você vai sustentar seu filho”.

Nesse período, ela nos relata que trabalhou em casa de família, no sindicato, no Fundo de Greve, e só foi reintegrada cinco anos depois, após decisão judicial, em 1988. Com o nome “sujo”, como se dizia na linguagem patronal para trabalhadores que causavam problemas, Rita recorreu à estratégia de usar diversas carteiras de trabalho para conseguir emprego em outras fábricas, que costumavam durar até o momento em que se descobria quem era ela.

Eu ia lá com carteira branca e eles falavam: nunca trabalhou? Eu falava que nunca tinha trabalhado, só que quando eles descobriam, me mandavam embora. Por conta disso, tive vários serviços, nunca tive uma coisa fixa.

Esse retorno à fábrica, como nos conta, não foi suficiente para superar as constantes perseguições, tendo ficado apenas um ano. Nesse interstício, percorreu diversas empresas até chegar, em 1989, ao comitê da campanha do candidato Lula e, um ano depois, ingressar na Federação dos Sindicatos de Metalúrgicos da Central Única dos Trabalhadores do Estado de São Paulo (FEM-CUT/SP).

A narrativa deixa evidente os impasses da participação das mulheres na vida sindical, em consonância com os achados de outros pesquisadores (SOUZA-LOBO, 2011; HUMPHREY, 1983). Mas o que gostaríamos de dar relevo é a atuação delas no chão de fábrica, opondo resistência às formas de opressão que lhe atingiam de modo particular e, por via de consequência, estruturando uma forma de conflito que operava em compasso distinto dos homens. Não por acaso, Rita é enfática ao afirmar, sobre o sindicato, o que lhe parecia ser um ambiente predominantemente masculino.

Eles são machistas porque o discurso é um e a prática a gente sabe que é outra. Pô, a gente tem que matar um leão a cada dia e depois tem que mostrar o leão, e tem que dar uma louca aqui mesmo.

É nesse contexto que a invisibilidade das mulheres emerge como questão no movimento sindical. Mas não só isso, ela nos aponta para a diferença de tratamento que o movimento sindical tinha para com as pequenas empresas, onde concentrava o maior número de mulheres.

E eles, vocês podem ver, eles não contam a história. Contam a história aqui, falam sempre das montadoras, das empresas pequenas não contam. Vai ser difícil você ter um relato de uma empresa pequena de uma mulher de destaque, não? Tanto é que teve o primeiro congresso das mulheres, depois de quantos anos teve o segundo? Trinta anos depois que teve o segundo congresso<sup>7</sup>.

Conclui-se que, para poder sobreviver em ambientes tão hostis, as mulheres tinham que ter suas próprias estratégias e não restringir a luta a um único espaço. Sim, lembremos que é por meio do relato delas que percebemos como ecoava, no interior das fábricas, formas de opressão que já estavam presentes nas famílias e, portanto, na sociedade de maneira geral. Naquele momento, como já havia destacado Souza-Lobo (2011), essa luta “para além da fábrica” ensejava desconfiança dos sindicatos em razão da possibilidade de “contaminação das práticas reivindicatórias pelas práticas ideológicas” (SOUZA-LOBO, 2011, p. 42).

Rita nos conta da existência, naquela ocasião, de um forte vínculo com a base para obter sustentação política para suas demandas, o que implicava ter que “se juntar a eles” para não cair no isolamento político. Em conversa com as colegas, ela alertava: “vocês não podem ficar só dentro das fábricas! Tem que ocupar os espaços, participando, dando as caras. Por que a gente só presta para fazer volumes?” Essa constatação parece persistir, atualmente, sob a forma da baixa presença de mulheres nas diretorias dos sindicatos, como ela nos conta. A propósito, esse foi um ponto comum nas outras entrevistas.

### **Emergências**

Ao ser indagada sobre a sua trajetória no movimento sindical até a organização das mulheres na CUT, Lara, 60 anos, nossa terceira personagem, percorre um longo caminho desde a infância. Não lhe faltam exemplos do que ela considerava “exploração”, sofridos enquanto trabalhadora doméstica, tendo iniciado essa atividade aos 9 anos de idade.

Da infância, em convergência com as demais narrativas que colhemos, nota-se o início prematuro em atividades de trabalho, a precariedade das condições de vida, o desafio de conciliar estudo e trabalho. Em suas palavras: “a história pra mim era ganhar dinheiro para ajudar a sustentar a família; eu, minha mãe e minhas irmãs”.

Aos 15 anos, em 1977, começa a trabalhar em uma metalúrgica no Brás, em São Paulo, mas foi em Ribeirão Pires, já no ABC Paulista, posteriormente, que ela se aproximou do sindicato. Até esse momento, o relato enaltece o que ela vê como sendo um atributo do caráter pessoal, a “rebeldia”. Diz que não se intimidava com a figura masculina. É nesse processo que ela alega ter percebido várias contradições entre as ocupações de homens e mulheres, sobretudo

---

<sup>7</sup> O I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo, que ocorreu de 21 a 28 de janeiro de 1978. Em 25 de março de 2010, ocorreu o II Congresso da Mulher Metalúrgica, cujo tema foi “construindo a igualdade entre homens e mulheres”.

no que se refere às diferenças salariais. Interessada em operar máquinas, a empresa propõe uma qualificação via o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Eis como surge,

Eles [a empresa] conseguem uma vaga no Senai. Que nessa época as mulheres não podiam fazer Senai, a não ser na área de desenho técnico e leitura e interpretação de desenho. Ou então na área de costura. No Senai do Brás, desse período, não tinha nem sequer banheiro para as mulheres! No de Sto. André tinha, porque já tinha funcionárias. Mas, enfim, não aceitavam mulheres nessas áreas. A empresa, como era uma empresa grande, consegue a minha entrada no Senai e eu sou uma das primeiras mulheres a ter [isso]. E aí foi outro choque, dentro do Senai, com os homens. Eu passei em segundo lugar na prova, e eles tinham muita raiva de mim. Era uma rixa boba, mas que era perceptível. Minha visão era de procurar os meus direitos, que pra mim era ir na delegacia regional do trabalho... Eu não tinha uma visão sindical. Eu sequer sabia que tinha sindicato.

No chão de fábrica, ela acabava sendo uma espécie de “porta voz” das mulheres para levar as reivindicações até a gerência. A suposta fama acabou chamando a atenção dos trabalhadores, homens, que já faziam parte do sindicato.

Então eu não me envolvia [com o sindicato], só os via lá e lia os boletins, mas aquilo não me chamava atenção. Mas a minha atuação dentro da fábrica chamava a atenção deles, isso eu fui saber depois. Porque todo mundo me procurava. Tem um pagamento, vai lá e fala com a Lara. Eu era meio que porta voz da mulherada, tinha muita mulher lá, a fábrica era em torno de 70% de mulheres.

Prossegue:

E eu não sei por quê. Se eu tinha sido a pioneira nessa história de assumir como mecânica e trabalhar no meio dos homens, conversar com eles de igual para igual... Era a minha rotina diária. Eu transitava no meio deles, contava piada. E isso talvez chamasse a atenção das mulheres e fizesse de mim um espelho para elas. Era uma mulher que representava e tinha voz. Mesmo com a chefia, eu tinha muita liberdade. Dizia aquilo que eu pensava, de reagir, mas de uma maneira muito mais profissional. Eles me puseram pra fazer um trabalho que, no fim, eu fazia todos. Essa coisa de mulher querer fazer tudo ao mesmo tempo. Eu preparava a máquina, mas eu não me conformava só de preparar a máquina. A ferramenta vinha da ferramentaria, que não mandava ferramenta o dia todo. Então às vezes a máquina ficava lá parada horas esperando aquela ferramenta. Então eu vou consertar essa ferramenta, e aprendia a consertar a ferramenta manualmente. Então eu me tornei uma profissional qualitativamente muito forte perante todos eles, porque eu fazia quase todos os trabalhos.

Se, por um lado, o cargo de “mecânica” era qualitativamente superior quando comparado com aqueles usualmente ocupados por mulheres, e talvez por isso tenha exercido um certo fascínio entre as demais trabalhadoras, por outro, não tardou para que ela percebesse o tratamento diferenciado da empresa no que tange ao reconhecimento das suas competências profissionais. Na hierarquia dos cargos, embora ela se habilitasse a ser uma “profissional”, era

enquadrada pela empresa como sendo “meio oficial”, o que se expressava pela diferença salarial com relação aos homens. Ela nos conta que deixou de trabalhar por um dia quando estava na empresa, ocasião em que diz ter feito uma “greve sozinha”. A reivindicação logrou sucesso e ela obteve o aumento salarial desejado.

Estamos propondo que evidências tais como essa nos permitem compreender a forma como os conflitos, no chão de fábrica, canalizam as ações das trabalhadoras. Mesmo o relato da aproximação com o sindicato dos metalúrgicos põe em relevo aspectos da vida privada e as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para se engajar na militância; algo que não colhemos nos relatos dos homens. Desse modo, ela resiste aos primeiros convites que recebe para participar do sindicato e lança mão, para explicar essa reticência, da sua condição de trabalhadora mulher, vejamos,

E aí o sindicato começa a me namorar por conta dessa história. – “Você é uma pessoa muito representativa”. Mas eu não aceitava. Na verdade, tinha toda uma relação que é muito feminina nossa. Minhas irmãs casaram e ficou eu, minha mãe e minha irmã que era especial. Minha mãe cuidava dela. E eu tinha um noivo, fiquei noiva com 10 anos, na verdade eu comecei a namorar com 10 anos e com 14 eu fiquei noiva. Um rapaz que era 12 anos mais velho do que eu. Ele era muito ciumento. Então a minha participação no movimento sindical era muito difícil. E era uma coisa que eu não queria romper. Tem umas coisas que você tem vontade de romper e outras não, você vai fazendo... Mas eu não queria chocar minha mãe e nem chocar ele, então eu tinha umas participações de ir em umas assembleias... Mas participar mesmo, eu sabia que era muito árduo, era dia e noite. E aí eu não me envolvia muito, eu ficava entre a cruz e a espada [risos]. Eu tinha a participação grande na fábrica, mas no movimento sindical, não.

O convite para participar da direção do SMABC ocorreu em 1988, veio sob o argumento de que era preciso aumentar o número de mulheres no movimento sindical. Questionada, ela nos conta que ficou chocada com a baixíssima participação das mulheres nas assembleias e como o ambiente era altamente hostil para elas. Destaca ainda que a organização das mulheres na Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora (CNMT), da CUT, havia iniciado os debates com os sindicalistas no ABC sobre questões relacionadas às mulheres. Essa ação se espalha por outras categorias e ela recorda das bancárias, da construção civil, das costureiras, entre outras. Foi a partir desse momento que Lara se aproximou da CUT, primeiro em nível estadual, depois nacional. Mas as ambivalências e conflitos que atingiam as lutas das mulheres mostraram-se mais uma vez presentes. No relato, volta a aparecer o atributo de caráter “briguenta”. O sintagma serve para designar o comportamento supostamente questionador das injustiças, quando ombreava, desafiando, os homens.

Eu sempre fui muito briguenta. Queria estar em tudo, disputava com homens, não tinha esse problema. Mas assumir o feminismo? Eu nunca tive isso muito claro. Eu não assumia. Os homens tentavam transformar a questão do feminismo numa história de: “são mulheres que não gostam de homens”. Eles trabalhavam o feminismo como uma antítese de ser mulher.

Nos relatos que colhemos dos trabalhadores homens, os termos tais como “briguento”, “rebeldes”, nunca emergiram, em vez disso, a expressão mais vocalizada era “consciência”. Tratava-se da atitude de ter “consciência” das injustiças e, portanto, aproximar-se da militância sindical. A imagem pejorativa associada às feministas deve ter exercido alguma influência, como ela diz. Havia ainda uma distância entre as “sindicalistas” e as “feministas” marcada pela condição de classe. Sucede que as mulheres trabalhadoras tinham questões muito objetivas para tratar, a começar pelo cuidado com os filhos, a luta por creche, entre as demandas mais recorrentes. Em resumo, primeiro era preciso ter condições para trabalhar, depois para poder militar. Aliás, e como já dissemos em outro momento (SANTOS JUNIOR; MENEZES, 2019), incide sobre essa tensão parte expressiva da participação das mulheres no ciclo de greves históricas entre fins da década de 1970 e início de 1980. Lara ilustra muito bem esse cenário quando lembra da participação em um encontro feminista ocorrido fora de São Paulo, no litoral sul.

Eu tinha acabado de ter uma filha, você vai e tem que estar no encontro. Então lá vou eu com a minha filha e elas não aceitavam, queriam mandar de volta com a filha. Aí depois de muita briga, conseguiram colocar eu e a menina para dentro. Mas foi tanta reclamação, tanto protesto, que nós tivemos que ir embora no dia seguinte. Ou seja, não tinha creche, nenhuma estrutura para nenhuma mulher que estivesse nessas condições. Você não podia levar criança e não tinha nenhum preparo para receber. E qual era a justificativa delas? Que aquele era um movimento das mulheres, não era para elas ficarem cuidando de filhos.

Isso para dizer que, a seu juízo, não havia somente uma tensão entre os metalúrgicos homens e mulheres na militância sindical, mas uma clivagem entre as “sindicalistas” e as “feministas”, a denotar formas de engajamentos distintos e, por conseguinte, estratégias de ação nem sempre convergentes. Conquanto ela reconheça o papel que desempenhou algumas intelectuais da academia no estreitamento desse fosso, entre elas recorda de Helena Hirata, Beth Lobo e Vera Soares.

A CUT contava, nesse momento, com uma assessoria ligada ao movimento feminista, como é o caso da organização não governamental SOF – Sempre Viva Organização Feminista, além da participação de militantes feministas, como Nalu Faria, Tatau Godinho e Matilde Ribeiro, entre outras, para contribuir para a organização de encontros e a formação política.

Ao longo da entrevista, Lara relata como era difícil convencer as mulheres a se mobilizarem pela luta por creche, porque muitas trabalhadoras preferiam deixar as crianças com as avós, pois não queriam “sacrificá-las”.

Teve uma coisa que eu fiz muito dentro da fábrica que era brigar com as mulheres para botar a questão da creche como prioridade. Porque as mulheres não aceitavam na época. Então você tinha que convencê-las, na verdade, que nem sempre ele [filho] está com a mãe. Então você deixa de ser explorado para explorar sua mãe, porque sua mãe não pode sair, não pode fazer um monte de coisa. Então era trabalhar com as mulheres a importância da socialização, da criança e, ao mesmo tempo, trabalhar com a empresa a importância de ter a creche.

Para Lara, a organização das mulheres da CUT contribuiu não só para a formação das sindicalistas do campo cutista, como também ajudou na organização das mulheres da Força Sindical (FS) e da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), por demanda das próprias mulheres dessas centrais. Em outra passagem, reconhece que não foram só as mulheres que mudaram de comportamento e compreensão sobre os temas relacionados à questão de gênero, os homens também mudaram, ou ao menos se sentiram pressionados para tal. Eles passaram a dar mais atenção à família, a interromperem reuniões para pegar filhos na escola e a dar um tratamento mais respeitoso para as mulheres do movimento, principalmente se comparado com a experiência que ela nos conta que vivenciou quando entrou no sindicato. Mesmo assim, Lara pondera que a estrutura de poder sindical ainda se mostra pouco porosa quando o assunto é a participação das mulheres em cargos de direção.

Mesmo os departamentos de mulheres nos sindicatos – e aí eu estou falando mais a partir do sindicato que eu fiz parte, porque eu não fiquei muito fora – mas eu não vejo um trabalho direcionado dentro do sindicato para o atendimento das mulheres, para essa sensibilidade que a gente sempre buscou. Você não tem um trabalho desse. E mesmo assim, onde você tem mulheres na direção, o tratamento é muito parecido com o masculino que ela [mulher vítima de violência] recebe quando chega.

Estávamos percebendo que a narrativa da nossa personagem nos convidava a pensar outra questão. Não se tratava apenas de saber o quanto demandas do movimento feminista haviam influenciado a militância sindical, mas o quanto essa havia influenciado pautas feministas. Essa forma de arguir recoloca o argumento proposto por Souza-Lobo (2011) quando se vê desafiada a compreender como os movimentos sociais de mulheres existentes naquele momento haviam pressionado a participação feminina nos sindicatos, no mesmo compasso, como as práticas reivindicatórias das operárias da metalurgia redefiniram as estratégias do movimento sindical. Chamamos a atenção do leitor porque esse foi um ponto comum nas trajetórias que colhemos.

Na seção final, retomaremos alguns pontos importantes que surgiram a partir da análise das trajetórias de vida das nossas entrevistadas no esforço por fazê-los dialogar com os achados de outros pesquisadores e com a fortuna crítica disponível.

### **Considerações Finais**

Os achados aqui reunidos, embora prematuros, nos servem como pontos de partida para uma reflexão que estamos propondo e que pode ser resumida da seguinte forma: Como se deu a atuação das mulheres na militância sindical no *ciclo de greves* históricas do ABC Paulista? Como as demandas de gênero ensejaram alterações nas formas de ação sindical naquele contexto? Optamos como estratégia metodológica a análise das trajetórias de vida de uma amostra de mulheres que assumiram cargos na estrutura executiva dos sindicatos com o propósito de produzir informações. No projeto de pesquisa, que tem outras frentes e alguns resultados já

começam a ser publicados (LEITE LOPES; HEREDIA, 2019), avançamos na hipótese de que a clivagem de gênero – que cinge os relatos das mulheres em sua militância sindical – produzia efeitos na memória que se estendem no tempo presente.

Vivido como um drama, o caráter sexuado das memórias (PISCITELLI, 1993) parece revelar não apenas nuances nas formas de narrar as histórias de vida e trabalho de mulheres e homens operários, mas, sobretudo, produz nelas um efeito ainda presente após anos de silenciamento: a recusa em falar. Não foram poucos os desacordos que colhemos na composição dos casos para as entrevistas, o mais das vezes sob o argumento de que as “histórias delas” não eram importantes. O fato desnudava os limites metodológicos do registro biográfico pela suposição de que poderíamos colocar em risco a segurança de relatos colhidos no anonimato. Sim, porque em outro momento (SANTOS JUNIOR; MENEZES, 2019), aventamos a hipótese de que as disputas de narrativas sobre as greves (que incide sobre *quem* irá contar e o *que* será contado) legitima e deslegitima versões e personagens, sendo as mulheres preteridas. Contar uma versão era, nesse contexto, entrar numa peleja; algumas achavam que isso não valia a pena. No entanto, julgamos que poderíamos, como sugere Weber (2009), levar a termo a análise do íntimo sem necessariamente publicar os relatos confidenciais. Esse é um limite onde sentimos o fio da navalha.

Neste artigo, promovemos uma incisão ligeiramente distinta em nossa amostra de casos para reunirmos aquelas que tiveram passagens por cargos em diretorias. O objetivo é compreender os recursos que foram mobilizados por essas mulheres em suas trajetórias e como as clivagens alteram a ação sindical e, no caminho inverso, como as experiências de militância sindical interferem na questão de gênero. Isso posto, é preciso ainda recordar que estamos perseguindo pistas levantadas por outros pesquisadores, seja sobre o modo como as relações sociais de gênero estruturam discriminações no mercado de trabalho (CASACA; SALLY, 2012; HIRATA; KERGOAT, 1994; SCOTT, 1995; GUIMARÃES *et al.*, 2016), na militância sindical (CAPPELLIN, 1994; SOUZA-LOBO, 2011; HUMPHREY, 1983), ou ainda como os movimentos sociais mostram-se mais ou menos porosos a uma nova morfologia que define a sua dinâmica de lutas e a sua composição interna.

Eis, portanto, a órbita de questões que estão em mente na análise que propomos neste artigo.

Salta à vista o modo através do qual a dimensão privada, da família, pesa nos relatos ecoando os seus efeitos sobre o domínio público, do trabalho. Isso atinge uma miríade de aspectos da vida cotidiana e das representações simbólicas associadas às práticas que têm lugar no espaço da casa. Para todos os casos que colhemos relatos, foram as mulheres que pontuaram a trajetória ocupacional com elementos da vida familiar, é assim que ter filhos, casar, cuidar da casa, para citar os mais recorrentes, não apenas marcavam as formas de inserção na militância e as estratégias de luta no chão de fábrica, mas eram constantemente mobilizadas como elementos discursivos para firmar uma sorte de “conteúdo disposicional” . Dito de outro modo, o

cotejamento, nas narrativas, de atributos de caráter, quase que como aspectos de ordem psíquica, tal como “briguentas”, “rebeldes”, “loucas” era reivindicado como mecanismo explicativo para as estratégias de luta nos cotidianos de trabalho; disposições essas “herdadas” no espaço da casa ou no “mundo da vida” (HABERMAS, 2012). Nesse sentido, parece-nos evidente quando Rita questiona o confinamento das mulheres à vida doméstica e ao cuidado dos filhos, remetendo aos desafios enfrentados em razão da gravidez precoce, da figura de um pai ausente, as dificuldades em conciliar trabalho e estudo, como se isso a tivesse “habilitado” a questionar mandonismos.

O mesmo faz Lara que nos remete às dificuldades enfrentadas em casa – no cuidado com a mãe e uma irmã com problemas de saúde, ou mesmo com o noivo, por não verem com bons olhos a participação dela nas reuniões do sindicato – como antessala da “rebeldia” que logo assumiria para enfrentar os mandonismos das chefias nas fábricas, no curso de formação feito no Senai. É, insistimos, o trânsito de elementos desses dois universos – a casa e o trabalho – que nos fornecem evidências para a compreensão das trajetórias de militância das nossas personagens.

A forma nativa para designar os comportamentos associados às resistências das mulheres parece não encontrar legitimidade mesmo quando elas ingressam na estrutura do sindicato, com já havia notado outros estudos, a exemplo de Hirata e Kergoat (1994) e Ledwith (2012). O que nos parece inédito é a permanência, na memória, das disputas simbólicas para dar legitimidade à história das mulheres operárias. Elas percebem o caráter, por vezes ardiloso, dos convites feitos pelas direções dos sindicatos para contar com mais mulheres na chapa.

Temos, pois, uma invisibilidade que se transveste de forma variada e que impõe questionamentos à militância sindical, bem como à militância feminista. Essa, por sinal, quando provocamos nas conversas, era sempre para dizer que mantinham certa distância do que consideravam uma adesão aos outros movimentos sociais, todavia, preservando que as pautas lhes eram próximas, o que recoloca a proposta lançada por Melucci (1980) e Tilly (2008) de tomarmos os novos movimentos sociais menos como estruturas e mais como formas de ação coletiva, enquanto sistemas de ação. Portanto, se a crítica/denúncia lançada anteriormente por Souza-Lobo (2011) e Humphrey (1983) para explicar a tensão gerada no interior da estrutura sindical frente às demandas das mulheres – pelo medo que a categoria tinha de que elas poderiam “fragmentar” as reivindicações que deveriam estar agrupadas e subsumidas à “classe” –, a pauta que está na mesa é sobre como aninhar novas formas de solidariedade em face das diferentes estratégias de mobilização<sup>8</sup>.

É com essa chave analítica que podemos compreender o que se depreende dos relatos quando os casos em tela falam da rigidez das estruturas sindicais em acolher a participação das mulheres e, ao mesmo tempo, da reticência delas quanto aos movimentos feministas naquele

---

8 Para um resumo desse tema, ver Hyman (2002) quando argumenta que a ação coletiva em que se baseava os movimentos de trabalhadores estava ancorada em uma forma de solidariedade pouco afeita às diferenças, sejam elas de gênero, raça, religião, nacionalidade, para citar as mais palpantes. O desafio proposto pelas ações sindicais será o de suplantarem as diferenças que marcam os coletivos de trabalhadores.

contexto. Não se quer com isso meramente nomear culpados, mas compreender o fenômeno em seu caráter processual, visto que ali se refletem, como *estruturas estruturantes* (BOURDIEU, 2005), aspectos simbólicos mais difusos que certamente permeiam o tecido social mais amplo no tocante aos papéis atribuídos às mulheres.

A evidência empírica mostra-se ambígua quando a observamos somente pela razão entre contestação e aquiescência. Os relatos dão prova de que elas também “cediam” como estratégia para viabilizar algum outro recurso. Ficar com os filhos, cuidar da casa e, portanto, reduzir o tempo disponível para a militância, não as impediam de confrontar as violências que lhes atingiam nos ambientes de trabalho e no sindicato. Como nos conta uma entrevistada, não bastava chegar lá, assumir um cargo, a performance requerida para elas exigia uma comprovação diária. Com o sarrafo mais alto, era preciso “dar uma de louca”. Mais uma vez, um atributo psíquico para caracterizar, preconceituosamente, as formas de contestação delas.

O gradiente que melhor expressa as estratégias de luta que elas desenvolveram talvez seja o da “negociação”, que não se reduz ao confronto e a anuência, mas permite que as estruturas de poder sejam constantemente desafiadas<sup>9</sup>. Será preciso aqui mapear os “bens” que estão sendo “negociados” nessa luta e que não encontram um denominador comum pela orientação econômica – ainda que as reivindicações o mais das vezes assumam esse caráter –, há outros “bens” não mensuráveis, tais como solidariedade, identidade, que as permitem se afirmar para além das desigualdades associadas à divisão sexual do trabalho.

Se para os homens a luta se restringia ao universo do trabalho, para elas era preciso ir além e confrontar as outras clivagens e formas de opressão do quadro social mais amplo em que estavam inseridas<sup>10</sup>.

## Referências

- ABC da greve. Direção: Leon Hirszman. Brasil: 1990 (75 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jR-uend5QFE> Acesso em: 05 out. 2019.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CAPPELLIN, Paola. Viver o Sindicalismo no Feminino. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. especial, p. 271-290, 2º semestre 1994. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16110>>. Acesso em: 24 mar. 2020.
- CASACA, Sara Falcão; SALLY, Bould. Gênero, idade e mercado de trabalho. In: CASACA, Sara Falcão (org.) **Mudanças Laborais e Relações de Gênero**. Coimbra: Almedina, 2012. p. 87-132.
- FONSECA, Claudia. Aliados e rivais na família: o conflito entre consangüíneos e afins em uma vila porto-alegrense. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 88-104, 1987. Disponível em: <<http://anpocs.com/index.php/publicacoes-sp-2056165036/rbcs/233-rbcs-04>>. Acesso em: 24 de mar. de 2020.

9 Ver Scott (1990).

10 Para tanto, podemos beber na fortuna crítica das discussões sobre *consustancialidade e interseccionalidade* das relações sociais presentes na teoria social. Há um bom resumo em Hirata (2014).

- FONSECA, Karen *et al.* Entre sujeitos e sentidos: uma análise do Ciclo de Greves do ABC Paulista a partir dos discursos da *Folha* e do *Estadão*. In: LEITE LOPES, Jose Sergio; HEREDIA, Beatriz A. (org.). **Movimentos cruzados, histórias específicas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019. p.191-226.
- GUIMARAES, Nadya Araujo *et al.* Mercantilização no Feminino: a visibilidade do trabalho das mulheres no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 31, n. 90, p. 17-38, 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092016000100017&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092016000100017&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 mar. 2020. <https://doi.org/10.17666/319017-38/2016>.
- HABERMAS, Jurgen. **Teoria do Agir Comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. A classe operária tem dois sexos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 93-100, 1994. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16291>>. Acesso em: 24 mar. 2020. doi:<https://doi.org/10.1590/%x>
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702014000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>.
- HUMPHREY, John. Sindicato: um mundo masculino. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 47-52, 1983. Disponível em <http://novosestudios.uol.com.br/produto/edicao-05/>, Acesso em: 20 mar. 2018.
- HYMAN, Richard. Where does Solidarity End? **Transit-Europaeische Revue**, n. 24, p. 1-7, 2002. Disponível em: <https://www.iwm.at/transit-online/where-does-solidarity-end/>. Acesso em: 20 mar. 2020
- LEDWITH, Sue. Gender politics in trade unions. The representation of women between exclusion and inclusion. **Transfer. European Review of Labour and Research**, v. 18, n. 2, p. 185-199, 2012. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1024258912439145>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- LEITE LOPES, Jose S. L.; HEREDIA, Beatriz A. (org.). **Movimentos cruzados, histórias específicas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019.
- MEAD, George H. **Mind, Self and Society: From the standpoint of a social behaviorist**. The Chicago: University of Chicago Press, 1972.
- MELUCCI, Alberto. The new social movements: a theoretical approach. **Social Science Information**, v. 19, n. 2, p. 199-226, 1980. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/053901848001900201>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- NEGRO, Antonio Luigi. Servir ao Povo de Todo o Coração. Mulheres Militantes e Mulheres Operárias no ABC na década de 1970. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (org.). **Desarquivando a Ditadura: memória e justiça no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 2009. p. 84-109.
- OLIVEIRA, Roberto Vêras de; LADOSKY, Mário H. Revisitando o tema das históricas greves canavieiras e do sindicalismo rural. In: RODRIGUES, Iram Jácome (org.). **Trabalho e ação coletiva no Brasil: contradições, impasses, perspectivas (1978-2018)**. São Paulo: Annablume, 2019. p. 42-68.
- PISCITELLI, Adriana. Tradição oral, memória e gênero: um comentário metodológico. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 1, p. 150-200, 1993. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1683>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como um outro**. Campinas: Papirus, 1991.
- SANTOS JUNIOR, Jaime; MENEZES, Marilda A. de. À margem da história? Mulheres metalúrgicas e a memória das greves do ABC (1978-1983). In: LEITE LOPES, Jose Sergio; HEREDIA, Beatriz A. (org.). **Movimentos cruzados, histórias específicas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019. p.227-266.

---

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 20 mar. 2020.

SCOTT, James C. **Domination and the Arts of Resistance: hidden transcripts**. Michigan: Yale University Press and New Haven and London, 1990.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A Classe Operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

TILLY, Charles. **Contentious performances**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

WEBER, Florence. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo? **Horizonte Antropológico**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 157-170, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832009000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832009000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 mar. 2020.

Recebido em 30/03/2020

Aceito em 16/09/2020